

Acessos e Acordos: Como realizei minha pesquisa sobre as homenagens cariocas

Danilo César SOUZA PINTO

Minha pesquisa de doutorado¹ trata de uma prática corriqueira realizada pelo Estado: as homenagens públicas. As homenagens públicas pesquisadas referem-se às denominações de logradouros públicos e às entregas de honrarias e medalhas. A partir de uma etnografia realizada junto a Câmara Municipal e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, investigou-se a dinâmica dessas homenagens, os atores e elementos envolvidos. Observou-se desde os trâmites burocráticos até os aspectos entendidos como sendo os “mais políticos” dessas homenagens. Um dos aspectos relevantes desses processos é que eles são tratados pelos próprios políticos como um trabalho irrelevante. Não obstante, os dados etnográficos mostram que essas atividades constituem a maioria dos projetos apresentados pelos parlamentares da Câmara, e que, ainda mais, alavancam disputas entre os poderes executivo e legislativo. Nas conversas realizadas com parlamentares, funcionários burocráticos da prefeitura e representantes de ONGs “fiscalizadoras” da política nota-se termos centrais para pensar essas práticas, tais como *acordo* e *agrado*. Esses termos parecem mostrar um caminho de interpretação para o elevado número dessas homenagens. Parece haver um acordo implícito na Câmara em que essas homenagens devem passar, isto é, serem em regra aprovados por servirem como agrados às bases ou outros segmentos da sociedade. Neste relato destacarei como foi minha chegada ao campo a um dos locais onde realizei a pesquisa.²

Iniciei minha pesquisa no Rio de Janeiro em março de 2009. Comecei a frequentar a Câmara Municipal, suas sessões ordinárias e as concessões de honrarias que iam ocorrendo. Honrarias, segundo as legislações das câmaras municipais, são mercês concedidas pelo poder público como forma de gratidão a serviços prestados por cidadãos e organizações não-governamentais, por exemplo. São medalhas, diplomas de reconhecimento e títulos de cidadão. Diferencio homenagens de honrarias, pois as honrarias são um subconjunto das homenagens realizadas pelas câmaras municipais e organizações do Estado em geral. Honrarias são basicamente as medalhas e diplomas de reconhecimento, enquanto as homenagens abarcam as denominações de logradouros, a

¹ Agradeço à FAPESP pelo financiamento da pesquisa.

² Além das homenagens públicas cariocas, a pesquisa também se debruçou sobre as homenagens paulistanas e as brasileiras.

instituição de datas comemorativas, a declaração de cidades-irmãs e de utilidade pública.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro está localizada no Palácio Pedro Ernesto, nome de um antigo prefeito da cidade. O palácio localiza-se na Cinelândia. É um prédio antigo de estilo eclético, construído em 1923. Há no prédio carioca todo um controle daqueles que entram e saem do prédio. Deve-se entrar por uma porta lateral e apresentar um documento de identidade para poder circular em suas dependências. Os gabinetes dos vereadores encontram-se nos andares superiores ou no prédio anexo Edifício Marechal Eurico Gaspar Dutra, inaugurado em 1952. Além da entrada, a própria permanência no prédio também é vigiada. Os acessos a esses gabinetes são mais complicados e vigiados. Os seguranças parecem estar sempre atentos. Quando notei em um mural a propaganda de uma honraria (entrega de medalhas) ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, não hesitei, saquei minha câmera fotográfica para fotografar o cartaz. Prontamente, fui abordado por um dos seguranças que queria saber o porquê da fotografia e foi logo me avisando que “na Câmara não se pode ficar tirando foto.” Eu expliquei a ele que estava tirando foto de um cartaz que divulgava a distribuição de uma honraria e que estava ali em razão de uma pesquisa. Ele consentiu a fotografia, mas reiterou que não se pode tirar fotos no interior da Câmara. Essa situação ilustra como se dá o relacionamento da segurança da Câmara com as pessoas que não são costumeiramente seus freqüentadores. Ao perceber pessoas diferentes com atitudes não convencionais, ou seja, circulando pela Câmara, aparentemente sem nenhum propósito, fica-se alerta. E nesse ambiente de circulação vigiada e restrita às Galerias Vereador Lysâneas Dias Maciel do plenário Teotônio Villela, eu passei quase três meses circulando, assistindo às diferentes sessões, mas sem conseguir nenhum contato, apenas observando à distância o desenrolar do cotidiano da Casa.³ Não via maneira de abordar parlamentares, pois o público deve se encaminhar às galerias durante as sessões e os parlamentares parecem estar sempre com pressa.

Depois de uma conversa com um *amigo* antropólogo nascido e criado no Rio, mas que já algum tempo não mora mais na cidade, tudo mudou. Por coincidência ele e seu pai tinham relações de *amizade* com um assessor da Câmara, antigo colega de trabalho de seu pai. Esse *amigo* passou a intermediar um contato com esse assessor, que

³ É comum os vereadores se referirem à Câmara Municipal, como Casa ou Casa do Povo o que denota, apesar de todas as diferenças entre os parlamentares algo que os une, afinal, todos pertencem a mesma Casa.

prontamente se disponibilizou a ajudar *um amigo do amigo*. Enfim, algumas portas se abriram.

Intermediado por meu grande *amigo*, conheci Barbosa,⁴ ex-diretor de uma empresa que presta serviços públicos, funcionário da Câmara Municipal, sujeito que construiu toda uma carreira política transitando em diversos cargos, fundando inclusive um sindicato em conjunto com o pai de meu *amigo*. Marcamos após as 18 horas do dia 19 de maio de nos encontrarmos no Amarelinho, famoso bar ao lado da Câmara Municipal. Introduzi a conversa dizendo o que eu gostaria de pesquisar, as homenagens com suas denominações de logradouros e entrega de medalhas. Ele já foi assessor de um vereador de partido de esquerda, o qual afirma ser um dos poucos honestos da Casa, mas se afastou desse trabalho direto da Câmara, por sofrer grandes frustrações durante a elaboração da Lei Orgânica, onde não conseguiu aprovar leis que eram intensamente discutidas com outros setores da sociedade. Foi me contando como ele via essas homenagens, como algo mesquinho na Câmara, um modo de cooptar eleitores. Citou o caso das menções honrosas (moções), que são distribuídos, por exemplo, no dia das mães a dezenas de mães que habitam o distrito eleitoral do vereador. Perguntado se ele realmente achava que isso dava votos para os vereadores, respondeu-me que “não é só isso, é que ocorre toda uma circunstância que vai sendo construída, com o vereador sempre aparecendo de alguma forma para seus eleitores, e isso era um algo mais, para cooptar principalmente aquelas pessoas que são muito simples, analfabetas, que ao receber uma carta dessas da Câmara passam a se sentirem importantes, guardam a carta, penduram na parede, sendo uma forma de mexer com o ego do eleitor.” Também menciona um dispositivo regimental, proposições autorizativas, uma excrescência jurídica em sua opinião, que permite ao vereador elaborar um documento, por exemplo, que solicita ao poder executivo que construa uma creche ou uma escola em determinado lugar e que essa obra receba dado nome. Não tem força de lei. O legislativo não pode gerar gastos para o executivo, mas isso pode ter dois usos. Se o vereador é da oposição ele utiliza essa propositura para mostrar para seus eleitores que ele propôs, mas o executivo não cumpriu; já para a situação serve como uma forma de, caso isso venha a ser feito, o vereador acaba ganhando mais créditos com a população, pois “foi ele quem propôs.” Conta o exemplo do vereador que ele assessorava e que queria homenagear um poeta popular, apresentando uma proposição autorizativa para a criação de uma praça

⁴ Nome fictício.

com o nome do poeta. Quando o prefeito se licenciou e quem assumiu foi uma correligionária, o vereador conseguiu concretizar a homenagem, pois somado ao apoio da prefeita, o novo diretor do metrô (também correligionário do vereador), foi criada uma área ao lado de uma estação de metrô recém-construída, a referida praça e sua conseqüente denominação. E por várias vezes se refere às homenagens como fazendo parte da troca que ocorre na política. Ele disse que nunca quis participar de cargos comissionados para não ficar com o “rabo preso,” isto é, devendo *favores* que serão certamente cobrados pelos políticos. Entretanto também menciona que ajudou a eleger uma vereadora do PSDB que “nem pra falar obrigado prestou.” Um *amigo* jornalista pediu para ele apoiar a candidata, a qual lhe solicitou a elaboração de dois projetos e disse ainda que, se eleita, lhe daria um cargo de confiança. Barbosa disse não ficar interessado no cargo, pois sabe como é promessa de político, mas a ajudou por ter sido um *pedido do amigo*. Entretanto, ele se zanga com a *ingratidão* da candidata que se elegeu e “nem obrigado disse!” Na eleição seguinte, ao fazer campanha no seu bairro, Barbosa abordou a vereadora e disse “Lembra de mim? Eu sou o Barbosa que te ajudou, indicado pelo Teodoro⁵ a te eleger, a conseguir votos nesse bairro. E você nem lembra de mim! Nem veio me agradecer, não disse nem um obrigado.” Ele conta que ela ficou muito sem graça diante de sua abordagem.

Sobre a minha pesquisa, minhas conversas com vereadores e funcionários da Câmara, ele pensa que seriam difíceis de serem realizadas sem um *acesso*,⁶ pelo receio que os vereadores e funcionários têm com a utilização da informação. Sendo assim, quando ele liga para o Otávio⁷ (outro *amigo* assessor) para me receber, diz que eu sou de confiança, sou um *amigo de um grande amigo*, não sou jornalista, sou um acadêmico que esta realizando uma pesquisa séria. Liga na minha frente para Otávio e marca uma conversa para o dia seguinte às onze da manhã. Disse que esse assessor gosta muito dele e se considera como *devedor de favores* a eles, embora ele não entenda isso, não sabe que *favor* é esse que lhe devem.

Otávio me ajudou muito. Ele é assessor de plenário, tem todo um know-how sobre o que ele chama de funcionamento técnico, ou seja, entende tanto dos regimentos como dos *modus operandi* e códigos de conduta que podem ou não ser diferentes do

⁵ Nome fictício.

⁶ O termo *acesso* foi usado por Kuschnir (2000) para designar tanto uma categoria nativa como analítica para descrever um modo de entrada em campo e efetivação da pesquisa. Em minha pesquisa observei o mesmo uso desse termo.

⁷ Nome fictício.

regimento. Os assessores trabalham ou como funcionários da Câmara ou como assessores de gabinete de vereadores. Neste caso, eles viram cargos comissionados. O Otávio está como assessor de um vereador e ao mesmo tempo ajudando um outro, a pedido de um *amigo* deputado. Diz que têm outros assessores de plenário a disposição, mas como os vereadores não querem pagar, isto é, admitir como cargo de confiança, ele está “dando uma mão,” ou seja, ajudando, *pagando algum favor* ao deputado, como ele deixou claro.

Depois de minha conversa com Otávio, onde falamos sobre o funcionamento da Câmara, o cotidiano dos funcionários e dos parlamentares, sobre alguns casos específicos e, claro, sobre as homenagens do poder legislativo, Otávio abriu muitas portas, arrumou-me muitas conversas e entrevistas. Foi um verdadeiro *acesso*. Passou a agendar conversas com vários vereadores. A dinâmica era a seguinte: eu chegava à Câmara, ligava para Otávio e ele ia me trazendo vereadores à medida que os encontrava nos corredores. Eu aguardava na Sala Inglesa (situada na Ala José Bonifácio) ou na Sala do Cerimonial (situada na Ala Bobadela) enquanto os vereadores iam sendo apresentados um por um e sendo entrevistados, ora com gravação, ora sem gravação, dependendo da postura do vereador conforme eu perguntava se poderia gravar. Se ele titubeasse, eu não gravava; se respondesse prontamente que sim, eu ligava o gravador.

Sendo assim, todo o meu contato e *acesso* com pessoas ligadas à Câmara Municipal do Rio de Janeiro seguiu a *dinâmica da amizade*. A *amizade* e/ou a *troca de favores e gentilezas*, geralmente as duas coisas concomitantemente, eram acionadas como justificativa para o meu *acesso*, para a ajuda que estavam me dando com os contatos na Casa. Sendo assim, Barbosa estava me ajudando porque estava fazendo um *favor aos meus amigos*, Otávio me ajudara por sua relação com Barbosa, os vereadores falaram comigo por pedido de Otávio, outros funcionários me receberam pela indicação de Otávio e de Barbosa. Era notório que essa era uma lógica que permeava não só o meu contato com os vereadores como também a relação entre eles e os funcionários da Casa.

Desta forma, minhas conversas na Câmara começaram a fluir. Além dessas entrevistas prontamente agendadas, eu procurei seguir as dinâmicas das homenagens de variadas maneiras. Entrevistei funcionários da Câmara, uma das responsáveis pelo Cerimonial; segui o noticiário sobre a Câmara Municipal no site da Casa, os parlamentares em seus sites, *blogs* e *twitter*; li inúmeros Diários Oficiais da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e claro, acompanhei sessões ordinárias e solenes. Também

entrevistei uma funcionária da prefeitura, uma das responsáveis pela seção em que uma das funções era trabalhar com denominação de logradouros. Esta foi a única entrevista em que não precisei de nenhum contato prévio, de um *acesso*, bastou uma ligação e uma explicação do que eu desejava e a conversa foi prontamente agendada. Em suma: procurei, à medida que me foram dadas as chances, imiscuir-me e acompanhar o trabalho dos parlamentares, observando seus trabalhos na Câmara, seu material próprio de divulgação, bem como toda a rede onde circula a informação sobre as homenagens da Câmara: os ditos, publicados e não-ditos.

Sobre o interesse do antropólogo em comparação sobre o dito e o escrito, Goldman (2006, p.30) pensa que “o etnólogo se interessa sobretudo pelo que não é escrito, não tanto porque os povos que estuda são incapazes de escrever, como por que aquilo que se interessa é diferente de tudo o que os homens se preocupam habitualmente em fixar na pedra e no papel” e defende, amparado em Favret-Saada (1981) que nos documentos está a fala das elites. Os documentos são a fala da elite sobre si e sobre o povo, um discurso administrativo sobre este. Entretanto, ciente de que o trabalho do antropólogo geralmente recai especialmente sobre aquilo que não é escrito, acredito que pesquisas em organizações das sociedades ditas complexas, entre elas, o Estado, o qual produz grande quantidade de material escrito, deve levar muito em consideração aquilo que se escreve. Se quisermos levar a sério uma antropologia dos mecanismos estatais, também devemos nos debruçar sobre o que está escrito, principalmente quando podemos observar *in loco*, aquilo que é escrito e o que é omitido nos documentos. Uma antropologia do Estado e da Política (e dos políticos, ou seja, de uma elite) tem a vantagem de poder observar esses dois lados da moeda: a informação cristalizada em textos escritos, seja do Estado, seja dos políticos, bem como o processo de fabricação desses documentos escritos, observando o que é deixado de lado e o que é enfatizado no processo de fabricação de documentos e textos de divulgação.

Isto deve reter especial atenção quando se fala sobre a Câmara dos Vereadores, pois em determinados momentos como as sessões públicas, muito do que se fala é registrado em papel e essas falas muitas vezes revelam processos e mecanismos que o senso comum ou um olhar enviesado sobre a política poderia supor estarem ocultos, apenas “nos bastidores,” quando na verdade estão ali, quase à mostra, para todos que tiverem a paciência de enfrentar entraves e desconfianças burocráticas no *acesso* a esses documentos. Digo deste modo porque todo o material impresso (Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro) que consegui foi devido a um momento de sorte,

um imponderável característico da pesquisa de campo. Explico melhor. Fui algumas vezes a Biblioteca da Câmara para ter acesso aos diários, entretanto, deparava-me com a má vontade de um funcionário em me trazer esses diários, pois me solicitava muitas informações como datas específicas e assuntos específicos,⁸ quando, na verdade, eu queria olhar a esmo, perambular pelos documentos primeiramente e ir descobrindo aos poucos o que iria me interessar. Também não poderia tirar cópias e nem levar nenhum deles para casa. Depois de algum tempo, voltei à biblioteca e expliquei o que eu gostaria de ver nos diários. O funcionário (não o mesmo das outras vezes) prontamente me trouxe uma pilha com os diários dos últimos dois meses e ainda disse que por ele estar num bom dia, deixar-me-ia levar quantos eu quisesse para casa, desde que estes não fossem os únicos exemplares disponíveis. E frisou: “esse não é um procedimento habitual. Se você voltar aqui outro dia, pode ser que não consiga levá-los para sua casa. Mas hoje eu estou feliz e fui com a sua cara.” E assim o seu bom dia também virou o meu, pois consegui levar muitos diários para casa e examiná-los com muita calma e consideração.

Minha etnografia das homenagens da Câmara consistiu em visitas em horário de expediente, durante um considerável período de tempo (quatro meses), além de acompanhar informações por onde quer que aparecessem em publicações (na internet e nos jornais). Infelizmente, não consegui *acesso* para acompanhar o cotidiano de um parlamentar específico durante algum período de tempo. Dessa forma, concentrei-me na dinâmica das relações entre eles a partir do que observava na Câmara e também do que me foi dito por eles, assessores e outros funcionários da Câmara e da Prefeitura. Acredito que esse modo de fazer etnografia, devido inclusive as peculiaridades de acesso ao campo, suas dificuldades intrínsecas de acesso, mas também seu caráter de momentos públicos se enquadra bem no que Goldman (2006, p.24) chama de “etnografia em movimento,” caracterizada por “um envolvimento cumulativo e de longo prazo.” Embora minha ida a campo (no Rio de Janeiro) tenha se concentrado em quatro meses, eu ainda acompanho de certa forma os acontecimentos sobre homenagens no Rio, mantenho meus contatos e persigo as informações publicadas. Como ainda não tive nenhuma fonte de informações que sobrepujasse outra, acredito que esse trabalho

⁸ Situação muito semelhante às vividas por muitos brasileiros quando se deparam com a burocracia, com funcionários mal humorados e não conhecidos, que dificultam o acesso a documentos sempre exigindo mais e mais documentos. Situações como essa, eu descrevo em Souza Pinto (2007). Para uma abordagem um tanto diferente, ver DaMatta. (1979) e (1984).

pode ainda ser mais ilustrado com o que Goldman chama de ‘catar folha’ no candomblé, uma boa imagem para se descrever o que seria o trabalho etnográfico: “alguém que deve aprender os meandros do culto deve logo perder as esperanças de receber ensinamentos prontos e acabados de algum mestre; ao contrário, deve ir reunindo (‘catando’) pacientemente ao longo dos anos, os detalhes que recolhe aqui e ali (as ‘folhas’) com a esperança de que, em algum momento, um esboço plausível de síntese será produzido.” (idem, p.24)

Ainda sobre as peculiaridades desse ambiente de pesquisa, embora, *a priori*, decidamos dar o mesmo valor a todas as histórias que escutamos, a própria segmentação do campo político em que pesquisei, acaba obrigando, de certa forma, a uma mesma segmentaridade⁹ às pessoas que conversamos. Embora tenha conversado com mais vereadores que possam ser considerados de esquerda e de centro, acredito que de certa forma as informações e dinâmicas captadas possam ser, de alguma forma, generalizadas no que se refere ao caráter específico das homenagens. Tentarei alhures demonstrar que, não obstante meu *acesso* tenha se dado com vereadores mais ideológicos (no que se refere às entrevistas), a dinâmica também pode ser estendida ao que se convencionou chamar de vereadores assistencialistas, mesmo porque utilizo variadas fontes de pesquisa e nestas não há distinção quanto ao *acesso* se compararmos os ideológicos e os distritais. Essa divisão entre vereadores assistencialistas e ideológicos deve-se a Kuschnir (1999), onde ela divide os vereadores nessas duas categorias segundo algumas peculiaridades de cada grupo. O vereador assistencialista seria pautado como patrono, benfeitor e pelos seus préstimos como assistência à população, além de terem seus votos mais concentrados em distritos; já os ideológicos seriam pautados com valores como trabalho e vistos como porta-vozes de grupos, enquanto seus votos seriam mais espalhados pela cidade e/ou concentrados nas zonas centrais e sul da cidade. Nesse sentido (e ainda que esse não seja o caso de Kuschnir), os últimos seriam o ideal no que se refere a uma ideologia democrática e burguesa, já os primeiros seriam, muitas vezes, analisados por jornais ou pelo *mainstream* da ciência política como consequência de alguma falta, isto é, sistema eleitoral e de governo com falta de racionalidade, população sem informação e formação educacional adequadas, falta de tradição democrática e organização em partidos sólidos, etc. Minha leitura sobre o *acordo* em

⁹ Sobre a segmentaridade como um aspecto universal da vida política, ver Goldman (2006:143): “Na verdade, a segmentação representa um dos modelos de ‘relatividade social’ acionados em qualquer sociedade: a segmentação é o arranjo relativo das alianças políticas de acordo com critérios genealógicos, ou outros, de distancia social entre grupos em disputa.” (*apud* Herzfeld 1987: 156 – grifos de Goldman).

torno das homenagens, de certa forma, dissolve essa tipologia por se debruçar por um aspecto onde ideológicos e assistencialistas não se diferenciam muito, pois embora possam apresentar diferenças significativas entre os tipos de grupos homenageados, há aspectos intrínsecos às homenagens que são inescapáveis aos dois grupos, já que na prática isso não altera significativamente o modo de aprovação desses projetos, visto que os vereadores costumam assinar¹⁰ os projetos que lhe são pedidos, pois prezam o *bom trânsito*, assina-se projetos de colegas, garantindo que terão o mesmo tratamento por parte destes.

Há um sentimento entre os vereadores de mútua dependência. Ter bom trânsito, “não ser radical,” “saber fazer *acordos*” são habilidades valorizadas internamente. Sabe-se que para se ter assinaturas de apoio ou para se ter um mínimo de votos para aprovação, os vereadores devem ser hábeis em fazer *acordos*. E aqui a reciprocidade tem grande papel: um voto numa matéria importante geralmente significa retribuição para uma matéria de igual relevância, embora o cálculo de relevância varie segundo as opiniões dos vereadores implicados nesse circuito de reciprocidade. Assinaturas de apoio para os colegas implica em retribuição dessas assinaturas. Sendo assim, observa-se grande número de proposições de honorarias sendo aprovadas, sem nenhuma discussão, pois o que está *acordado* deve ser aprovado.

O *acordo* parece ser um dos códigos que balizam as relações entre os parlamentares. Além dos partidos políticos, a formação de blocos em torno de lideranças, a posição relativa ao Executivo (situação/oposição), o *acordo* dependendo do contexto serve para exprimir as tomadas de decisões. Dentro de uma perspectiva que olha para a pragmática dos parlamentares, que tenta a elaboração de uma grade de inteligibilidade que permita compreender um pouco mais sobre o funcionamento de mecanismos acionados pelos políticos, o *acordo* opera num código que justifica tomadas de posição e orienta a ação dos vereadores. O *acordo* pode significar a costura de uma aliança momentânea em torno de uma proposição como também pode significar o compromisso tácito que informa que determinadas matérias não devem ser discutidas e sim aprovadas por unanimidade. Ou seja, dentre os diversos códigos que orientam a ação dos vereadores, o *acordo*, principalmente o tácito que conforma unanimidades, expressa de forma esclarecedora a interdependência interna e um certo espírito de corpo

¹⁰ Há um acordo entre os vereadores para que sejam aprovados, sem discussão, todos os projetos que se referem a homenagens. Entretanto, para a proposição dessas homenagens, os vereadores devem recolher entre seus pares assinaturas de apoio.

que há entre os vereadores. A quebra desses *acordos* expressa momentos de confronto, principalmente por disputas que não envolvem diretamente a matéria do *acordo* tácito das votações simbólicas, demonstram conflitos que saíram dos bastidores, da Sala Inglesa e que irromperam o espaço público da Plenária Teotônio Villela.

Danilo César Souza Pinto

Doutorando em Antropologia Social
Mestre e Graduado em Ciências Sociais
Universidade Federal de São Carlos
E-mail: bragacso@yahoo.com.br

Referências bibliográficas

- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Rocco. 1997 [1979]. 350 p.
- _____. *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Rocco. 2000 [1984]. 163 p.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “Sorcières et Lumières”. In FAVRET-SAADA e CONTRERAS. *Corps pour corps*. Paris: Gallimard, 1981, pp. 333-363.
- GOLDMAN, Márcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: Sette Letras. 2006. 367 p.
- HERZFELD, Michael. *Anthropology Through the Looking Glass. Critical Ethnography in the Margins of Europe*. New York/Cambridge: Cambridge University Press, 1987. 245 p.
- KUSCHNIR, Karina. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política. 1999. 95 p.
- _____. *O Cotidiano da Política*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000. 162 p.
- SOUZA PINTO, Danilo César. *A Burocracia vista do cartório: uma análise antropológica da burocracia estatal*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. 2007.

Recebido em 26/01/2010
Aceito para publicação em 04/03/2010